



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI No. 09/98

Autoriza o Município de Campos Altos a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A - BDMG Operações de Crédito com outorga de garantia e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Campos Altos, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Chefe do executivo do Município de Campos Altos, autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A -BDMG operações de crédito até o montante de R\$ 250.000,00 - duzentos e cinquenta mil reais - destinadas ao financiamento dos estudos, projetos técnicos, execução de obras e projeto de desenvolvimento institucional, máquinas e equipamentos dentro do Fundo de Desenvolvimento Urbano-FUNDEURB, respeitados os Limites Legais de Endividamento do Município.

Artigo 2º. São as seguintes as condições a que se subordinarão as operações de crédito:

A) Juros de até 7,00% ao ano, serão incidentes sobre o saldo devedor reajustado e serão cobrados mensalmente durante o período de carência e juntamente com as parcelas do principal no período de amortização;

B) Reajuste monetário do saldo devedor será integral, calculado mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, e na sua falta pela variação do Índice de Preços Disponibilidade Interna- IGP-DI, ambos apurados pela Fundação Getúlio Vargas-FGV;

C) O prazo de carência será de até 06 (seis) meses, nos financiamentos de aquisição de equipamentos e de até 12 meses nos outros projetos, não excedendo a 2 (dois) meses do prazo previsto para execução do projeto financiado, contado a partir da assinatura do contrato, de acordo com parecer técnico do BDMG;

D) O prazo de amortização será de 36 (trinta e seis) meses, nos financiamentos de aquisição de equipamentos e de até 60 (sessenta) meses, nos outros projetos, iniciando-se no mês subsequente ao do término do prazo de carência, cabendo ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A-BDMG estabelecer o prazo em cada projeto, observada sua capacidade de pagamento;

E) A participação do Município, a título de contra-partida, com recursos próprios equivalentes a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do investimento financiável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PARAGRAFO UNICO: Os índices de atualização monetária adotados na presente Lei poderão ser substituídos por outros na eventualidade de sua extinção ou por determinação legal, inclusive nos contratos em vigor, conforme termos da resolução Conjunta dos Secretários de Estado de Assuntos Municipais, do Planejamento, da Coordenação Geral e da Fazenda.

Artigo 30.: Fica o Município autorizado a oferecer em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, a caução das receitas de Transferência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações-ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, em montante necessário e suficiente para amortização das parcelas do principal e o pagamento acessórios da dívida.

PARAGRAFO UNICO: As receitas de transferência sobre as quais a Lei autoriza a constituição de caução como garantia das operações de crédito serão alteradas, em caso de sua extinção, pelas receitas que vierem a ser estabelecidas constitucionalmente em sua substituição, independentemente de nova autorização.

Artigo 40.: O Chefe do executivo do Município está autorizado a constituir o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.-BDMG como seu mandatário, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências, mencionadas no "caput" do artigo terceiro, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o artigo 10..

PARAGRAFO UNICO: Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Artigo 50.: Fica o município autorizado a:

- A) Aceitar o Foro da Cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos,
- B) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente lei,
- C) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do FUNDEURB referente às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de mútuo,
- D) abrir conta bancária vinculada ao contrato de empréstimos para financiamento, no banco BEMGE S/A, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 6o.: Os orçamentos municipais consignar obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos empréstimos para o financiamento a que se refere ao artigo primeiro.

Artigo 7o.: Fica o Chefe do executivo autorizado a abrir Crédito Especial, se necessário, destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas, que se vencam neste exercício, e, ainda abrir crédito especial no valor para assegurar a realização do programa autorizado nesta Lei.

Artigo 8o.: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 12 de maio de 1998.

APROVADO:

Stomopbertosilveira
Júlio Cardoso

Vicente de Paulo Mateus

SS -
J. Barbalho

Carlos Magalhães

GERALDO BARBOSA LEÃO JUNIOR
Prefeito Municipal

Simão Alves Cordato
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

NOTA TECNICA

O projeto de lei em anexo objetiva solicitar a essa Egrégia Câmara autorização para o executivo Municipal de Campos Altos contratar financiamento junto ao Fundo de Desenvolvimento Urbano-FUNDEURB, criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais Lei no. 11.392, de 06 de janeiro de 1994 e do Decreto no. 35.966, de 25 de agosto de 1994, através do apoio financeiro e técnico aos Municípios do Estado para aquisição de equipamentos destinados necessários para a manutenção de Estradas Vicinais e Serviços Urbanos de infraestrutura. O Agente Financeiro do programa é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A-BDMG.

Os equipamentos que serão adquiridos com o financiamento cuja autorização submetemos a essa Casa, tem as seguintes características:

Objetivo: Atender a necessidade de renovação das máquinas e tratores do município.

Valor estimado do investimento e do financiamento é de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) e de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), respectivamente. Esses valores foram fixados após o cálculo dos limites legais de endividamento do Município, conforme Resolução no. 69/95 do Senado federal, e da sua capacidade de pagamento. Esses cálculos, foram elaborados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A-BDMG, na qualidade de Agente Financeiro do Programa SOMMA e serão objeto de exame e aprovação pelo banco Central do Brasil. Os orçamentos dos projetos foram fornecidos pela própria municipalidade.

O custo real dos projetos será efetivamente definido após o processo de licitação dos bens e serviços que compõem, cujo julgamento será realizado pelo critério do menor preço, conforme determina a Lei no. 8.666. A licitação será processada por uma Comissão de Licitação designada pela Administração Municipal.

A utilização do crédito ora autorizado poderá ocorrer mediante a realizações de uma ou mais contratações, no mesmo ou em exercícios subsequentes.

GERALDO BARBOSA LEO JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA


Projeto de Lei segue as determinações do Governo do Estado e do BDMG para o tipo de operação. Cabe-nos informar aos nobres Edis, que esta nova autorização visa substituir a Lei 040/97, que autorizava o município a contratação através da linha de crédito do FINAME, que por força de Resolução do Banco Central do Brasil não está disponibilizada para o segmento da Administração Pública, motivo não revelado pelo mesmo.

Diante deste fato, o Executivo vem tentando viabilizar a aquisição destes equipamentos e sabendo da existência desta linha de financiamento, que consiste em um fundo criado pelo Governo do Estado (ver nota técnica) destinado somente ao segmento de administrações públicas.

Solicitamos a apreciação e votação com urgência do projeto uma vez que os recursos do Fundo não estão com alta disponibilidade e somente os municípios que estiverem com os pedidos protocolados em primeira mão e aptos a realizar a operação de crédito (que é o nosso caso) poderão o mais breve possível se verem beneficiados por esta linha de crédito.

Como é do conhecimento dos nobres componentes desta Casa o nosso esforço para aumentarmos a frota de máquinas e a necessidade mais que urgente destas aquisições é que aguardamos a aprovação do projeto.

Atenciosamente,


GERALDO BARBOSA LEAO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL